



JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA

## SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E ENGENHARIA (PB-SAPE)

## PARECER Nº 11/2022

**EMENTA:** Parecer técnico. Análise das propostas comerciais e planilhas orçamentárias. Pregão Eletrônico nº 05/2022.

A partir da diligência realizada pela equipe de planejamento junto à empresa classificada em 3º lugar no Grupo 2, e considerando as propostas e documentos acostadas aos autos, emite-se o presente Parecer Técnico de orientação ao julgamento da proposta de preços do certame em tela, segundo os seguintes itens:

## 1. DO TERMO DE REFERÊNCIA:

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, XXIII, alínea "c", da Lei nº 14.133/2021);**

3.1. As persianas e películas a serem adquiridas contemplarão a demanda criada pelo fato de que várias dependências desta Seccional possuem ambientes quentes e com iluminação natural prejudicial ao regular desempenho das atividades de servidores e magistrados.

**3.2. Especificação do produto, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança (art. 40, § 1º, i, da Lei nº 14.133/2021)**

3.2.1. As persianas deverão ser do tipo rolo, em tecido max pinpoint bege, com blackout, ser fabricado em material retardante de chamas com 60% em PVC e 40% em fiberglass, possuir proteção solar, fator de abertura de 5%, corrente de giro confeccionada em policarbonato e base achatada com acionamento manual, além de Sistema redutor de peso.

3.2.2. As persianas deverão possuir garantia mínima de um ano, além de, quanto sua execução, seguir as regras contidas no Código de Defesa do Consumidor.

3.2.3. As películas deverão ser do tipo fumê (tonalidade a escolher) e possuírem proteção térmica mínima de 70% para raios infravermelhos e 99% para raios ultravioletas.

3.2.4. As películas deverão possuir garantia mínima de cinco anos, além de, quanto sua execução, seguir as regras contidas no Código de Defesa do Consumidor.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021);****4.1. Da proposta de preços**

4.1.1. A proposta de preços do Particular deverá conter, preferencialmente, as seguintes informações, entre outras:

a) Qualificação completa do licitante, inclusive nome, CNPJ, endereço, e-mail, telefones, entre outros dados pertinentes;

b) Indicar o prazo de validade que será, no mínimo, de 45 dias corridos;

c) Indicar expressamente a fabricante, marca, modelo e/ou referência do suprimento e material cotado, de maneira que se possa identificá-lo exatamente dentro da linha de produção do fabricante;

d) Conter catálogos, folhetos ou prospectos do suprimento e material produto cotado, que contenham, de forma clara e detalhada, as especificações técnicas básicas que demonstrem sua adequação ao que foi solicitado no presente termo de referência (ou indicar link de acesso a página do fabricante para verificação das especificações técnicas);

4.1.2. Na formulação da proposta para participar do procedimento de registro de preços aqui tratado, a empresa licitante deverá considerar no custo todo e qualquer despesa inerente, particularmente quanto a retirada de películas antigas, fretes, impostos, taxas, encargos e outras.

## 2. DA ANÁLISE TÉCNICA - GRUPO 2:

Tendo em vista:

a) que após diligência a licitante entregou todos os documentos pertinentes e de acordo com o Termo de Referência;

b) que, a marca oferecida é de referência no mercado, e cujo catálogo apresenta todas as especificações necessárias;

c) e que a licitante reenviou nova proposta com valor menor que a inicialmente registrada;

Pronunciamos-nos favoráveis à **classificação e aceitação** da proposta (SEI 2951991) da empresa FÁBRICA DIGITAL GRÁFICA E COMUNICAÇÃO VISUAL, CNPJ nº 21.595.187/0001-93, no valor de R\$ 27.115,00 (vinte e sete mil cento e quinze reais), tendo em vista que a empresa comprovou cumprir todas as especificações do Termo de Referência.

Em 22 de março de 2022.



Documento assinado eletronicamente por IZABELLA LIRA DE CARVALHO, ASSISTENTE TÉCNICO III, em 25/08/2022, às 17:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador 2952037 e o código CRC 00D4AFCD.